

FRONTEIRAS DA PRÁTICA

Algumas reflexões sobre os desafios presentes a influenciar a relevância futura dos relatórios financeiros: a contabilidade responderá a tempo?

Amaro Gomes

Contador e Mestre pela Lancaster University (UK)

Board Member do Conselho Internacional de Normas de Auditoria e Asseguração (IAASB)

Consultor e integrante de comitê de auditoria

Integrou o *Board* do IASB de 2009 a 2019, foi Chefe do Departamento de Normas do Banco Central do Brasil, Auditor na PwC, Professor na Universidade CEUB e FGV-Brasília.

A contabilidade é uma área de conhecimento e prática muito particular. É uma das poucas que contam com órgãos internacionais de normatização sem poder legal para impor sua observância, mas que respondem à necessidade global de comparabilidade e qualidade nos relatórios financeiros: o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB), o Conselho Internacional de Normas de Sustentabilidade (ISSB), o Conselho Internacional de Normas de Auditoria e Asseguração (IAASB) e o Conselho Internacional de Normas de Ética para Contadores (IESBA).

Esse ambiente tem funcionado bem, e suas normas vêm sendo adotadas (às vezes adaptadas, mas com poucas mudanças significativas) na maioria dos países. Além disso, elas têm um objetivo principal claro: atender às necessidades dos investidores, embora também contemplem outras partes interessadas, como a profissão contábil, reguladores, supervisores, preparadores de demonstrações financeiras e acadêmicos.

Apesar das conquistas e do sucesso das últimas décadas, existem críticas associadas a importantes questões técnicas que os órgãos reguladores não conseguiram resolver ou para as quais não ofereceram respostas tempestivas a fim de atender às necessidades dos investidores atuais.

Neste texto, o foco estará nos ativos intangíveis e nos relatórios de sustentabilidade, temas de suma importância para os investidores e, conseqüentemente, para a profissão contábil.

Essas questões técnicas foram exploradas recentemente com muita competência em dois livros.

Em *The End of Accounting and the Path Forward for Investors and Managers*, de Baruch Lev e Feng Gu, publicado em 2017, os autores argumentam que os relatórios financeiros tradicionais perderam relevância. Eles buscam demonstrar que o valor corporativo moderno é impulsionado principalmente (ou exclusivamente, em alguns casos) por ativos intangíveis. Tais ativos são contabilizados inadequadamente como despesa segundo as normas IFRS (e o US GAAP, para citar os padrões normativos mais utilizados), tornando as demonstrações de resultados e os balanços patrimoniais cada vez menos úteis para prever o desempenho futuro das empresas e de suas ações.

Para atingir esse objetivo, os autores concentram-se na desconexão entre a criação moderna de valor empresarial e a forma como a literatura contábil a trata. Os intangíveis gerados internamente (como patentes, marcas, tecnologia e capital humano) são reconhecidos imediatamente como despesas, distorcendo tanto o balanço patrimonial quanto a

demonstração do resultado. Essa prática, com base nas evidências empíricas apresentadas na obra, gera dados imprecisos e reduz o poder preditivo dos relatórios financeiros, deteriorando significativamente sua utilidade para decisões corporativas e de investimento.

Diante da incapacidade dos órgãos reguladores de resolver a questão, os autores propõem a criação de um novo demonstrativo, chamado "Relatório de Recursos Estratégicos e Consequências" (ou Relatório de Criação de Valor), com o intuito de mensurar a execução e a estratégia real de uma empresa.

Embora os ativos intangíveis gerados internamente sejam difíceis de definir e mensurar, eles são essenciais para a compreensão do desempenho e das perspectivas de muitas organizações. Em transações comerciais, como fusões ou aquisições, esses ativos são devidamente identificados e avaliados. Portanto, não é impossível criar uma norma contábil aceitável para identificar, reconhecer e mensurar ativos intangíveis. Isso se torna ainda mais relevante em um ambiente em que muitas empresas têm como principal (e às vezes único) ativo uma marca desenvolvida internamente, enquanto ativos físicos são alugados, dados são processados na nuvem e recursos humanos são terceirizados. Para essas organizações, as técnicas tradicionais de avaliação têm utilidade limitada ou nula.

De acordo com as IFRS, a contabilização de ativos intangíveis deve seguir a IAS 38, emitida em setembro de 1998. Trata-se de uma norma desatualizada para o contexto moderno de "ausência de ativos físicos", incapaz de atender adequadamente às necessidades contemporâneas dos usuários. Ao exigir que a maioria dos ativos intangíveis gerados internamente seja contabilizada imediatamente como despesa, há um consenso quase geral de que a IAS 38 distorce a realidade empresarial e deixa de refletir o verdadeiro valor econômico das empresas baseadas no conhecimento. Esse descompasso é facilmente observado na expressiva diferença entre o balanço patrimonial (valor contábil) de muitas organizações e sua capitalização de mercado.

Entre os principais problemas que distorcem os valores contábeis e limitam a comparabilidade decorrentes da aplicação da IAS 38, está a divisão entre "pesquisa" e "desenvolvimento". Essa separação resulta no lançamento imediato da maioria dos custos de pesquisa como despesa, independentemente de seu potencial futuro de geração de receita, enquanto os custos de desenvolvimento só são capitalizados se as empresas atenderem a critérios rígidos e cumulativos — um processo altamente subjetivo e vulnerável a manipulações ou interpretações equivocadas da administração. Soma-se a isso a contabilização imediata como despesa dos investimentos em branding, capacitação da força de trabalho, processos organizacionais e relacionamento com clientes. Por fim, há a incoerência da "estratégia de aquisição", que permite o reconhecimento de ativos intangíveis adquiridos de terceiros, mas proíbe estritamente o reconhecimento de ativos idênticos quando gerados internamente.

Os requisitos da IAS 38 já não atendem às necessidades de informação dos investidores, contudo os órgãos reguladores globais ainda não encontraram uma forma aceitável de modernizar o relato de ativos intangíveis.

Ao tratar da necessidade de modernizar os relatórios financeiros, é fundamental destacar também a sustentabilidade.

Publicado em março de 2026, o livro *The Accounting Paradox: How Financial Accounting Is Damaging the World (But Can Help Repair It)*, de Jeremy Nicholls, aborda a falha sistêmica dos relatórios financeiros modernos, nos quais as empresas apuram lucros omitindo custos ambientais e sociais. O autor argumenta que a contabilidade é o "código-fonte" do nosso sistema econômico e a causa primária dos desafios globais atuais, explorando como as normas tradicionais influenciam o comportamento corporativo ao ditar a forma de cálculo do lucro. Alguns custos são incluídos nas demonstrações contábeis, enquanto outros

(os custos sociais e ambientais) são excluídos e absorvidos pela sociedade, o que leva os mercados de capitais a recompensar modelos de negócios destrutivos.

O autor aponta como questão central a lógica dos “lucros privatizados e custos socializados”, em que as empresas calculam suas margens de lucro por meio de requisitos contábeis padronizados que ignoram o custo real de suas atividades. Isso induz a investimentos prejudiciais, pois as demonstrações não refletem os danos no mundo real, fazendo com que o mercado de capitais aloque recursos continuamente em negócios que destroem a natureza ou ampliam a desigualdade, embora pareçam altamente lucrativos no papel. Em sua visão, trata-se do resultado de uma estrutura contábil parcial que atua como o código-fonte da economia, moldando ativamente o comportamento do mercado e as prioridades de investimento.

Diante disso, como corrigir essa distorção, segundo o autor?

A solução proposta consiste em expandir a definição de lucro, alinhando-a à sustentabilidade social e ambiental para refletir o interesse público amplo e os impactos reais. Dessa forma, custos mais abrangentes passariam a ser contabilizados na mensuração do desempenho antes de afetarem o resultado final e o fluxo de caixa.

Quais outros desafios a profissão contábil enfrenta?

Além dos aspectos técnicos, a contabilidade (a exemplo de outras profissões) enfrenta desafios expressivos, tais como mudanças regulatórias frequentes e rigorosas, o impacto da inovação tecnológica e das ferramentas de inteligência artificial, além das crescentes demandas dos investidores. Tais fatores exigem adaptação rápida e aquisição contínua de novas habilidades em um ambiente de negócios volátil, marcado por novos riscos e transformações tecnológicas.

No aspecto técnico, há uma série de questões que demandam atenção em resposta às demandas dos usuários (sobretudo investidores), como: *greenwashing*, obrigações construtivas, contabilização dos efeitos da inflação (perda do poder aquisitivo da moeda), fusões e aquisições sob o mesmo controle, contingências, efeitos das variações cambiais, definição de resultados abrangentes, pagamentos baseados em ações, distinção entre passivo e patrimônio líquido, contabilidade de hedge e valor presente de impostos diferidos, para citar alguns exemplos. A lista é extensa.

Para manter a relevância da contabilidade, a profissão deve ser proativa na abordagem de questões relevantes para os usuários, respondendo com maior rapidez e eficiência às demandas fundamentais para a tomada de decisão e para o crescimento de longo prazo em uma sociedade moderna e volátil.

Os investidores precisam de informações quantitativas e qualitativas mais precisas para avaliar empresas cujos modelos de negócios dependem crescentemente de ativos intangíveis e com riscos crescentes de sustentabilidade.

Como afirma o autor de "O Paradoxo da Contabilidade", é necessária uma transformação no sistema contábil que reflita o interesse público geral. Enquanto essa mudança não ocorrer, os mercados de capitais continuarão investindo em empresas que geram lucros contábeis ao custo do aumento da desigualdade, da degradação ambiental e das mudanças climáticas. O autor defende que mudar a forma como a contabilidade é praticada pode revelar o que há de melhor na humanidade: nossa criatividade, nossa bondade e nossa capacidade de construir um futuro sustentável para todos.

Se a contabilidade e os relatórios financeiros almejam continuar a comunicar adequadamente as atividades econômicas valorizadas pelos usuários, precisam oferecer uma visão mais abrangente e fidedigna.

Investidores e demais partes interessadas exigem informações confiáveis, comparáveis e seguras; não atender a essas necessidades resulta na erosão da relevância e da confiança na própria ciência contábil.

A editoria desta seção Fronteiras da Prática é de responsabilidade da Professora Aracéli Cristina de S. Ferreira com colaboração do Professor Vinicius Mothé Maia.